Emídio Guerreiro
José Cardoso Fontão evoca a saudade do Mestre que teria completado 108 anos

25 referencial

Boletim da Associação 25 de Abril ■ Director: Pedro Pezarat Correia ■ N.º 87 ■ Julho – Setembro 2007

25 anos a continuar Abril

O Referencial

Propriedade: Associação 25 de Abril
Pessoa colectiva de utilidade pública (Declaração n.º 104/2002, DR-II Série, n.º 91 de 18 de Abril)

Presidente da Direcção:
Vasco Lourenço

Director:
Pedro Pezarat Correia

Editor:
José António Santos

Fotografia:
Fernando Farinha (editor)
Agência Lusa

Colaboradores:
Artur Custódio da Silva,
David Martelo, Fernando da Vaza Pinheiro, João Magalhães,
José Barbosa Pereira, José Fontão,
Luís Galvão (Bridge),
Luís Vicente da Silva (cartoon),
Manuel Loff, Maria Manuela Cruzeiro, Nuno Fisher Lopes Pires,
Nuno Santa Clara Gomes

Sede nacional, Administração e Redacção
Associação 25 de Abril
Rua da Misericórdia, 95
1200-271 Lisboa
Telf.: 21 324 14 20
Fax: 21 324 14 29
E-mail: a25a.sec@25abril.org
www.25abril.org
www.avenidadaliberdade.org

Delegação Norte
Escadas do Barredo, 120 R/C Esq.º
4050-092 Porto
Telf./Fax: 22 203 11 97
E-mail: a25a.del-norte@25abril.org

Delegação Centro
Apartado 3041
3000 Coimbra
E-mail: a25a.del-centro@25abril.org

Delegação do Alentejo
Bairro da Esperança, Edifício 2, Bloco 3 - loja, r/c
7560-145 Grândola
E-mail: a25a.del-alentejo@25abril.org

Delegação do Canadá
153 Hamilton St
Toronto-Ontario M4M 2C9

Execução Gráfica
MTM – Artes Gráficas, Lda.
Rua Ferreira Chaves, 2-A
1070-127 Lisboa
Telf.: 21 388 26 29
Fax: 21 383 26 78

Tiragem: 4000 Exemplares

Distribuição gratuita

Depósito legal n.º 32 998/89

De boa saúde

O destaque desta edição de *O Referencial* vai, obviamente, para as comemorações do vigésimo quinto aniversário da Associação 25 de Abril. Sem nos alongarmos, nesta coluna, sobre o significado da efeméride, que será objecto de noticiários, reportagens e textos de opinião com outro e maior desenvolvimento, limitamo-nos, aqui, a salientar que, duas décadas e meia querem dizer que a A25A nasceu, resistiu, consolidou-se. E não tem sido fácil.

Começámos por enfrentar a desconfiança do poder político e a hostilidade da hierarquia militar.

O primeiro receava da nossa parte um alinhamento político-partidário contra os partidos que se consideravam com natural vocação de poder. Era a consequência de equívocos baseados em leituras preconceituosas sobre o MFA, que vinham dos tempos do processo revolucionário. Enganavam-se redondamente pois não era esse o projecto da A25A.

A segunda era então dominada por generais que nunca perdoaram aos jovens oficiais do MFA a coragem e a ousadia de terem levado a cabo um levantamento que deveria ter competido às chefias, se estivessem animadas de uma consciência cívico-política que as levasse a demarcar a instituição militar de um poder abusivo, opressor e colocá-la ao lado povo de que emanava, na sua luta pela liberdade e para pôr termo a uma guerra imoral, injusta e contrária aos interesses nacionais. Os "capitães de Abril", assim chamados como expressão do carinho, respeito e gratidão que conquistaram, ultrapassaram os quadros superiores da hierarquia em prestígio, em apoio popular, em imagem pública de capacidade de decisão, de dedicação à causa pública, de percepção dos valores em jogo. Quando a vaga revolucionária passou e a hierarquia derrotada viu chegada a hora da

Logótipo comemorativo dos 25 anos da A25A, da autoria do consócio José Aurélio

desforra, o ajuste de contas não tardou. A fundação da A25A reavivou na hierarquia complexada fantasmas ainda não extintos, receios de que se tratasse de um projecto de reagrupamento do MFA. Não era, mas não o perceberam, como nunca haviam percebido nada da génese e percurso do MFA. Faltava-lhes consciência cívica e política para o poderem perceber. O MFA, por muito desiludido que estivesse, nunca recorreria às armas contra um regime que o povo democraticamente escolhera.

Foram várias as tentativas para asfixiar a A25A à nascença, a mais séria e mesquinha das quais foi o despejo da sua sede no Forte do Bom Sucesso, por ordem do chefe de estado-maior do Exército, instalações que lhe tinham sido cedidas pelo seu antecessor.

Mas também do seu interior têm soprado ventos adversos. Alheamento de muitos associados, desmobilização, falta de cumprimento de compromissos estatutários. Cá dentro também não estamos isentos de culpas. Sabemos que os tempos não estão favoráveis a grandes militâncias, mas não se perde nada em repetir apelos a uma participação mínima.

A Associação 25 de Abril tem resistido. 25 anos estão cumpridos e as iniciativas que a Direcção se propõe promover para os assinalar, de que O Referencial dá nota, revelam que está, apesar de tudo, de boa saúde. Esperamos que quem cá estiver, ao completarem-se os próximos 25, possa expressar a mesma constatação. ■

A25A CELEBRA 25 ANOS

Estamos satisfeitos

Quando o ano de 1982 entrara já no último trimestre, a extinção do Conselho de Revolução prefigurava a retirada dos militares de Abril da cena política em Portugal.

Para uns tratava-se do fim de um ciclo que já tardava, outros temiam que sem a vigilância política activa dos militares as conquistas de Abril ficassem ameaçadas.

E os militares – que voluntariamente se retiraram e democraticamente aceitaram a extinção do Conselho da Revolução como um fim natural de um processo por eles imaginado e cumprido – o que pensaram na altura? Que desígnios os animava?

Parte da resposta poderemos encontrá-la na imediata constituição da Associação 25 de Abril, gerada ainda nos corredores do Conselho da Revolução, e, sobretudo, no gabinete do conselheiro Vasco Lourenço.

Para recordar como tudo então se passou, 25 anos depois, *O Referencial* promoveu um encontro de fundadores da Associação 25 de Abril, durante um almoço na sede, realizado dia 29 de Setembro. Dos 27 militares que outorgaram a escritura constitutiva da Associação 25 de Abril, no dia 21 de Outubro de 1982, no 10.º Cartório Notarial de Lisboa, quatro já faleceram: Ernesto Melo Antunes, Fernando Salgueiro Maia, João Garrido Borges e Jaime Falcão de Sousa; um pediu a desvinculação e outro nunca pagou quotas; seis não puderam participar devido a impedimentos pessoais; tendo estado presentes Vasco Lourenço, Victor Crespo, Costa Neves, Marques Júnior, Pezarat Correia, Martins Guerreiro, Nuno Pinto Soares, Rangel de Lima, Aniceto Afonso, Francisco Balacó, Rosário Simões, Almada Contreiras, Moreira de Azevedo e Daniel Rodrigues (ver "foto de família" publicada na capa).

No almoço soltaram-se memórias ao desafio num reencontro de velhos camaradas com análise e pensamento próprios, mas onde se pressente um fio condutor: os valores da instituição militar que assumem como património comum e por isso lhes permite dizer: "passámos pela chatice de nos prendermos uns aos outros e continuamos amigos".

Quando indagámos sobre as causas que determinaram a constituição da Associação 25 de Abril ouvimos razões que entroncam na garantia da preservação da memória, em imperativos éticos da transmissão e conservação do património histórico do 25 de Abril, em impulsos de generosidade e de civismo, na afirmação da liberdade e da democracia, na participação cívica da causa pública.

Os militares de Abril estavam de saída da cena política. Que fazer a todo o património por eles edificado?

Semanas antes da extinção do Conselho da Revolução, boa parte dos seus membros afadigou-se em preparar uma plataforma de intervenção futura. As reuniões sucederam-se e tiveram no gabinete do conselheiro Vasco Lourenço a sua base principal. Os juristas Louro Coelho e Almeida Santos ajudaram na elaboração dos estatutos. Os militares mais activos esgrimiam argumentos quanto aos elementos estruturantes da associação a criar. Que tipo de associados? Só militares? Só militares no activo? Abertura a civis? Afinal o que estava em causa era o 25 de Abril, a preservação e a transmissão histórica da sua memória e sendo o 25 de Abril património de todos não se entenderia a criação de uma estrutura fechada e ao alcance de só de alguns. Esta grande controvérsia da época acabou por ser contornada com a adopção da figura de "apoiante" permitindo-se, assim, ainda que ténue, a abertura da Associação à sociedade civil.

Seria, aliás, na sequência de um gesto de inequívoco significado, que 27 oficiais do Quadro Permanente, no activo, assinaram a escritura constitutiva da Associação 25 de Abril. Uma semana antes da extinção formal do Conselho da Revolução estava erecta uma estrutura que haveria de prosseguir os ideais de Abril. Para intervir cívicamente, em liberdade e sem fazer fretes aos poderes. Acabava a intervenção dos militares na

Da esquerda para a direita: Aniceto Afonso, Vasco Lourenço, Francisco Balacó, Pinto Soares, Marques Júnior e Rangel de Lima

política. Iniciava-se um outro ciclo com a possibilidade de afirmação de militares de Abril em causas públicas. Evidentemente que para a época, leia-se hierarquia militar e poderes constituídos, a determinação dos militares que assinaram a escritura pública da criação da Associação 25 de Abril, no dizer de alguns, valeu-lhes "mais um prego para o caixão".

Além dos militares que subscreveram a escritura pública constitutiva da Associação são igualmente considerados sócios fundadores, os associados que participaram na Assembleia-Geral de 1983, realizada na Manutenção Militar, com a participação de mais de 900 membros. Neste número se incluem mais de 90 por cento dos que participaram no processo do 25 de Abril, seja na conspiração que precedeu o derrube da ditadura, seja no processo que se seguiu, de criação e consolidação da democracia.

Aqueles que esgrimiam sobre a condição dos membros da Associação 25 de Abril, cedo perceberam que entre uma estrutura unicamente reservada a membros das Forças Armadas, que inevitavelmente ficaria confinada à condição de um qualquer clube militar, e uma associação alargada à sociedade civil, estaria a possibilidade de se evitar a instrumentalização militar e certamente a garantia do alargamento ao campo cultural e cívico proporcionado pela participação e abertura a civis. Foi essa clarividência que permitiu o trabalho realizado ao longo de 25 anos e que em síntese nestas páginas se regista. (Ver 25 anos de cultura).

Ordem da Liberdade

A A25A tem sido agraciada por várias entidades, seja com a atribuição de medalhas municipais, seja com a designação como sócio de honra de algumas associações, seja principalmente com a atribuição, pelo Presidente da República, da Ordem da Liberdade. ■

A25A CELEBRA 25 ANOS

Estamos satisfeitos

Este caldo de cultura serviu uma parte da ementa do almoço de membros fundadores da Associação 25 de Abril, onde os presentes, de uma maneira geral, sublinharam os valores e tradições da instituição militar e as contradições da Guerra Colonial como impulsionadores do próprio espírito do 25 de Abril e que os levou, de resto, à execução do golpe militar. Como referiram, a instituição militar não é alheia aos valores da democracia, razão, disseram, mais do que suficiente para os conduzir àquela madrugada libertadora, exactamente para devolver e garantir aos Portugueses o progresso e as liberdades cívicas.

Quando se tem esta consciência e ainda mais se realiza a obra, o autor não fica sem possibilidade de recuo. Está impelido a transmitir esses valores por que lutou, participou e em que acredita.

Reconhecendo que as virtudes militares acentuam a dimensão da cidadania, como poderiam os militares de Abril deixar o Conselho da Revolução e regressar aos quartéis como se nos últimos oito anos nada tivesse acontecido?

À mesa houve quem não deixasse escapar uma leve pontinha de mágoa por a instituição não ter reconhecido nos militares de Abril os melhores entre os seus pares. Mágoa imediatamente substituída pelo orgulho de quem sabe que os militares de Abril constituíram a "nata" e foram os melhores da instituição. A prová-lo recordam a acção militar planeada e executada de forma militarmente impecável, e o facto de constituírem o único grupo do mundo que pode dizer que teve o poder e não o utilizou em benefício próprio.

São estes homens que se apresentam de alma lavada ao povo e à sociedade civil, oferecendo-lhes o que de melhor tem a instituição militar e recusando a luta pelo poder, para em troca apenas receberem os contributos da própria sociedade civil.

Prosseguir os valores de Abril em permanente abertura e diálogo com a sociedade eis, pois, os objectivos que estiveram na mente dos impulsionadores da Associação 25 de Abril. Para preservar a visão histórica e a autenticidade do próprio movimento tornava-se necessária a criação de uma estrutura com essa vocação específica. Como se sabe, de início só com militares, mas rapidamente aberta a civis. Uma abertura que ao longo da história continuará progressivamente, sempre com o mesmo espírito de liberdade e de desinteresse pessoal, com o espírito generoso a transmitir fielmente os valores em que se acredita.

Já à sobremesa os comensais garantiam: por que assim é e tem sido a Associação 25 de Abril, olhando para trás destes 25 anos podemos dizer: estamos satisfeitos. ■

Escritura

A Associação 25 de Abril (A25A) foi criada em 21 de Outubro de 1982, por escritura pública celebrada no 10.º Cartório Notarial de Lisboa, publicada no Diário da República III Série, n.º 262 de 12 de Novembro de 1982, página 15 708, tendo os seus Estatutos sido posteriormente alterados em 1988 e 1996, com publicação no DR III Série, n.ºs 118 de 21 de Maio de 1988, página 8 894 e 52 de 1 de Março de 1996, página 3 938, respectivamente. ■

Objecto

Tem a A25A como objecto estatutário uma intervenção de âmbito cultural e cívico na consagração e divulgação do espírito do 25 de Abril de 1974, bem como a preservação de património documental referente àquela data, a pedagogia e defesa dos valores democráticos, a realização de actividades destinadas ao mesmo fim e ao estudo de questões militares e de Defesa, com vista à definição do papel dos militares numa sociedade democrática. ■

5.700

É o número actual de associados efectivos da A25A no pleno gozo de direitos. Nestes se mantém a grande maioria dos militares de Abril e se incluem muitos cidadãos de vulto do país, das mais diversas origens e actividades, entre os quais recordamos o Prémio Nobel da Literatura. Nos militares destacamos o primeiro Presidente da República eleito democraticamente; a generalidade dos membros do Conselho da Revolução; antigos e actuais chefes dos Estados-Maiores dos Ramos; vários oficiais generais; e muitos outros militares ilustres. ■

A25A CELEBRA 25 ANOS

25 Anos de cultura

O tempo percorrido nas duas últimas décadas, os testemunhos e o trabalho realizado pela Associação 25 de Abril constituem um indiscutível traço luminoso para a cultura e sociedade portuguesas. Tal só tem sido possível porque, para além da natureza dos seus membros, tem desenvolvido uma actividade regular e profícua em prol da defesa e consolidação dos valores democráticos que enformaram o 25 de Abril de 1974.

Actividades que vem desenvolvendo, quer por iniciativa própria, quer por solicitação das mais diversas entidades – desde os órgãos de soberania a simples associações, passando pelas autarquias e outras entidades oficiais. Solicitações que resultam muitas vezes em actividades organizadas em conjunto. Entre outras, destacamos pela sua importância a formação dos jovens promovida pela acção da A25A em diversas escolas do país. E, sem pretendermos ser exaustivos, na área da edição registamos: publicação de seis livros sobre temas relacionados com a luta pelas liberdades e a democracia; edição de dois discos com inéditos de autores diversos; apoio à publicação e edição de livros e discos de diversas entidades; edição de serigrafias, cartazes, medalhas e autocolantes.

No campo das exposições sobressaem as evocativas sobre o 25 de Abril; e a realização de exposições de pintura, de diversos autores.

Terá sido porventura no domínio dos seminários, debates e conferências sobre diversos temas, nomeadamente sobre o 25 de Abril (antes e depois), a construção da Liberdade, o papel dos militares na sociedade, a problemática da Defesa Nacional (os primeiro e segundo seminários da A25A) ou outros assuntos de interesse nacional que a intervenção da A25A maior notoriedade alcançou. Referimo-nos, evidentemente, à organização do Observatório da Democracia, com três sessões subordinadas aos temas – As outras possibilidades de participação intercalar, entre actos eleitorais: o referendo, as petições...; A relação dos Portugueses com o voto. A lei eleitoral, a abstenção e os novos modelos de voto – o televoto; As formas de participação cívica e o exercício da cidadania: o movimento associativo, o sindicalismo, as organizações partidárias, os media – e o I Congresso da Democracia Portuguesa, em 2003 e 2004.

De realçar, igualmente, as intervenções em escolas, dos diversos graus de ensino – públicas e privadas – sobre o 25 de Abril e todo o processo de luta pela construção da democracia em Portugal; a participação em organizações das mais variadas entidades, sobre o mesmo tema; a recolha e tratamento de documentos sobre o 25 de Abril, seja na luta contra a ditadura, seja no acto libertador, seja no processo subsequente. De destacar o convénio celebrado em 1984 com o Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra.

E como não recordar as evocações de figuras da cultura portuguesa, já falecidas; a organização de concursos literários, seja de prosa, seja de poesia; a organização de concursos fotográficos; a organização de espectáculos de arte e cultura, nomeadamente inseridos em comemorações do 25 de Abril; a organização, em todos os aniversários do 25 de Abril, de diversas actividades comemorativas, nomeadamente convívios, exposições, actividades desportivas, colóquios, espectáculos, actividades com crianças, actividades com jovens, evocações de acontecimentos históricos específicos e manifestações cívicas. Importância relevante tem igualmente a continuada participação da A25A na Comissão de Honra e na Comissão Executiva das Comemorações do 25. ° Aniversário do 25 de Abril.

E como não salientar a organização de cursos de História Contemporânea, para professores, com a colaboração da Associação de Professores de História, com os temas: O Estado Novo no pós II Guerra Mundial; A Guerra Colonial; A conspiração e acção militar do 25 de Abril; A Descolonização; A transição do Poder Revolucionário para o Poder Democrático.

▶

Da esquerda para a direita: Rangel de Lima, Martins Guerreiro, Vasco Lourenço, Francisco Balacó, Vítor Crespo e Marques Júnior

A25A CELEBRA 25 ANOS

25 Anos de cultura

Outra prova de grande maturidade e consciência do futuro é dada pela A25A que em constante trabalho de aperfeiçoamento e actualização está presente na Internet através da organização de um sítio com uma base de dados históricos referente ao 25 de Abril e processos a ele ligados e que no seu primeiro ano no ar atingiu já as cento e oitenta mil visitas; da organização de um outro sítio sobre a Guerra Colonial, cujo lançamento está para breve; e da organização de um blogue, Avenida da Liberdade, com um corpo redactorial de mais de cem personalidades.

Destaque-se, finalmente, a publicação deste boletim informativo, com carácter trimestral, onde, além dos assuntos de natureza associativa se tratam os mais diversos assuntos de carácter cultural e cívico, especialmente os evocativos da história recente de Portugal e os inseridos na luta por uma sociedade mais livre, mais justa e mais solidária (publicados oitenta e seis números, desde 1984 até hoje, sem interrupção). ■

Sócios de honra

Carlos Fabião, Emídio Guerreiro, Ernesto Melo Antunes, Fernando Baeta do Valle, Fernando José Salgueiro Maia, João Sarmento Pimentel, José Manuel Afonso Santos (Zeca Afonso), Maria de Lurdes Pintasilgo e Vasco Gonçalves. ■

Delegações

A A25A tem três Delegações (Norte, sede no Porto; Centro, sede em Coimbra; Alentejo, sede em Grândola), estando a instalar outra no Algarve, com sede em Faro; e só não tem uma no Canadá, sede em Toronto, porque, devido às leis desse país, a aí existente transformou-se em sócia colectiva. Tem vários Núcleos, quer em Portugal quer nas comunidades portuguesas no estrangeiro. ■

Sedes

A Associação 25 de Abril, logo após a sua constituição, teve a primeira sede no Forte do Bom Sucesso, em instalações cedidas pelo então chefe do Estado-Maior do Exército, general Garcia dos Santos. Depois, a Associação fez uma passagem em instalações em Linda-a-Velha, até que em Abril de 2001 tomou posse da actual sede cedida pelo Governo de Cavaco Silva e apoiada na sua reabilitação pelo Governo de António Guterres. ■

A25A CELEBRA 25 ANOS

Mágoas do passado não abalam esperança no futuro

VASCO LOURENÇO

O "período de transição" estava a aproximar-se do fim, a intervenção directa dos militares, enquanto tal, na "coisa política" estava a terminar. Os militares de Abril, olharam para trás, haviam passado mais de oito anos sobre o início da sua aventura libertadora, tinham ficado mais tempo do que haviam previsto no centro dos acontecimentos, mas sentiam-se satisfeitos com os resultados obtidos: nem tudo correra pelo melhor, tiveram mesmo que se prender uns aos outros, para evitar conflitos maiores, para evitar a guerra civil, havia alguns sinais preocupantes na evolução política do País, mas o fundamental estava conseguido.

Portugal era um país livre, democrático; estava em paz com quase todos os povos do mundo (havia a Indonésia, que ocupara e dominava Timor); dera origem a novos países independentes, que prosseguiam a sua vida, ainda que, lamentavelmente, alguns não tivessem conseguido resistir à cobiça e aos interesses internacionais e se tivessem envolvido em guerras civis; estava a caminho de entrar na Comunidade Europeia; transformara-se profundamente e, a um país sombrio, anquilosado e atrasado, analfabeto e isolado do mundo, sucedera-se um país aberto, modernizado, europeísta e internacionalista, interveniente nas cenas internacionais e com todos os condimentos para melhorar, a caminho de uma sociedade melhor, mais justa e mais livre.

Os militares de Abril confrontavam-se, no entanto, com alguns sinais preocupantes, resultado de atitudes incompreensíveis de alguns que tudo lhes deviam.

Orgulhosos por verem cumpridas as suas promessas de devolução do poder ao povo, através de sucessivas eleições livres, só possíveis porque eles, militares de Abril, as organizaram e quase impuseram em momentos bem difíceis, orgulhosos por se honrarem, ao resistir ao canto de algumas sereias que os tentavam convencer a prolongar o período de transição, viam-se acusados por muitos de só voltar aos quartéis porque a isso eram obrigados.

Esta impressionante injustiça, que não esqueceram nem esquecerão, de, numa simples penada, destruírem o melhor da sua acção – que eles haviam garantido, mesmo que, para isso, se tivessem dividido e digladiado – a renúncia ao Poder e a sua devolução, de forma livre e sem sofismas, ao povo a que pertenciam, prenunciava um futuro preocupante: os militares em geral e os militares de Abril, em particular, tinham de lutar para serem considerados cidadãos de corpo inteiro, cidadãos comuns iguais a todos os outros. Com efeito, se não queriam ser considerados heróis, se não queriam usufruir de um qualquer estatuto de privilégio, não aceitavam ser cidadãos de segunda, sujeitos a discriminações inqualificáveis.

Foi nesse ambiente, em que o poder democrático, existente porque só acontecera o 25 de Abril, vigente apenas porque o Conselho da Revolução contribuíra decisivamente para consolidar a democracia em Portugal, que esse mesmo poder democrático se sujou para todo o sempre com o seu procedimento, no que se refere ao fim do período de transição e à forma como tentou passar a ideia de que era ele que expulsava os militares do poder.

▶

A25A CELEBRA 25 ANOS

Esperança no futuro

Foi nesse ambiente, insisto, que os militares de Abril decidiram criar a sua associação.

Autores principais do derrube da ditadura fascista e colonialista, agentes fundamentais na construção do novo Portugal democrático, sentiam que tinham o dever de continuar a lutar pelo melhoramento desse Portugal, não permitindo que alguém tentasse voltar ao "antigamente".

Querendo continuar militares, embora mais civilistas que muitos civis que se diziam antimilitares, tinham que agir de acordo com as regras. Se um militar, no activo, não pode participar na vida político-partidária (apesar de a direita arranjar sempre uma justificação, para os casos em que os seus prevaricam), havia que encontrar uma solução que lhes permitisse uma intervenção cívica.

Nasceu, assim, a Associação 25 de Abril, de natureza cultural e cívica.

Conscientes de que os militares não podem isolar-se, nem permitir que os isolem, da sociedade a que pertencem, foi preocupação determinante a criação de um espaço onde os militares e os civis pudessem conviver, pudessem interpenetrar-se, pudessem derrubar barreiras e preconceitos, que sobreviviam do passado da ditadura e, em alguns aspectos, se agravaram durante o período de transição.

É das regras que os ditadores, que têm necessidade de se apoiar na força, só o conseguem fazer se isolarem os agentes da força, seja militar ou policial, do resto da sociedade. São inúmeros os exemplos de "gaiolas douradas" em que esses agentes são colocados, nas ditaduras. Como costumo dizer, "se os militares forem isolados da sociedade, fazem asneira. E, porque têm as armas, quando os militares fazem asneira, pela certa que é da grossa."

Por isso, a melhor forma de evitar que façam asneiras é não os isolar, nem deixar que os isolem. É misturarem-nos com os outros cidadãos, com os mesmos direitos e os mesmos deveres. Mesmo que tendo presente a necessidade de levar em conta a especificidade das Forças Armadas e dos seus agentes (preocupação que, diga-se a propósito, nem sempre existe, bastando ver a forma altamente inadequada e inqualificável como o actual executivo vem tratando as Forças Armadas e os militares).

Por isso, por razões diversas – os militares também não haviam esquecido os conceitos que absorveram, na sua antiga formação e actuação – a Associação 25 de Abril foi fundada apenas por militares dos quadros permanentes e, mais especificamente, por oficiais.

Foi o possível, face à situação que se vivia e aos objectivos que se pretendiam alcançar.

Mas foi também possível, um vez fundada a A25A, abrir a porta de associados aos outros militares dos quadros permanentes e aos outros cidadãos portugueses, isto é, aos civis. Com a particularidade de aos primeiros ser aberta a condição de sócios efectivos e, para os segundos, ter sido necessário criar uma natureza específica de associado, o *Apoiante*, que não tendo todos os direitos dos sócios efectivos, também não tinha todos os deveres dos mesmos. Como coordenador da Comissão Instaladora, vencido na vontade de abrir a todos, em condições iguais, a entrada para associado, inventei, com a ajuda do meu amigo António de Almeida Santos na elaboração do projecto de estatutos e Regulamento Interno, essa figura de associado especial.

Mas, assim que possível, na primeira revisão dos Estatutos, em 1989, a Associação 25 de Abril abriu as possibilidades de adquirir a qualidade de sócio efectivo a todos os cidadãos portugueses, desde logo aos que tinham a qualidade de apoiantes.

A criação da Associação 25 de Abril foi, não tenhamos dúvidas, um passo importante na dignificação dos autores do derrube da ditadura, da construção da paz e da construção e consolidação da democracia.

Mas foi mais: conseguindo congregar a esmagadora maioria dos militares que conspiraram, executaram e consolidaram o 25 de Abril,

O Forte do Bom Sucesso, em Lisboa, durante as obras que antecederam a instalação da primeira sede da A25A

ultrapassando divisões que nos haviam levado a "lados da barreira" diferentes e nos levaram mesmo, como referi atrás, a prender-nos uns aos outros, a fundação da Associação 25 de Abril, demonstrou a natureza dos militares de Abril e dos seus valores.

Demonstrou que o essencial que nos uniu e une é o 25 de Abril, a única barreira que nos separa de outros é a do 25 de Abril, que se sobrepõe decisivamente às barreiras do 28 de Setembro, do 11 de Março ou do 25 de Novembro.

Só isso permitiu juntar na Associação 25 de Abril cerca de 95% dos militares de Abril, apenas não querendo nela participar a maioria dos spínolistas e alguns outros, que preferiam uma associação militar a uma associação civilista.

Ficava claro, mais uma vez, se tal ainda era necessário que a generalidade dos militares de Abril se moveu sempre por valores, e não por interesses, e que as posições divergentes que assumiram em 1974 e 1975 resultaram mais de atitudes honestas, de quem acredita nos valores por que luta, do que de atitudes calculistas e interesseiras.

É por isso que hoje, quando olhamos para o passado, quando nos vemos ao espelho, continuamos a orgulhar-nos: pedimos meças a todos, na nossa entrega aos valores da comunidade, da nossa dedicação a Portugal, no nosso desprendimento das coisas materiais, em prol dos valores por que lutamos.

Não conhecemos outro grupo, socioprofissional ou não, que tendo ocupado o poder, se não tenha tentado a aproveitar do mesmo para benefício pessoal, para ficar rico de um dia para o outro.

Por isso, quando vemos muitas figuras públicas, muitos figurões, a intervir com "cara de santos" ou de "anjos", sentimos desprezo, mas sentimo-nos mais realizados. Apesar de, neste "mundo cão", ser o "politicamente correcto" que está a dar…

A25A CELEBRA 25 ANOS

Esperança no futuro

Como prevíamos, a vida da Associação 25 de Abril não tem sido fácil.

Fiéis ao espírito do MFA, radicalmente independentes e autónomos, face a todas as forças partidárias; fiéis ao não apoliticismo do MFA, demarcando bem as barreiras que não aceitamos ultrapassar; as dificuldades de imposição nesta sociedade democrática têm sido enormes.

Desde logo, vivemos e enfrentámos as consequências da forma como decorreu o fim do período de transição. Agravadas pela "guerra" Eanes/Soares, Soares/Eanes, o facto de Ramalho Eanes ser sócio fundador da A25A e nós assumirmos, e praticarmos, que, tal como o MFA, a A25A era uma *frente*, onde cabiam todos os que se assumiam, nas suas várias interpretações, nos valores de Abril, criou-nos enormes problemas com o Governo e com sectores do Partido Socialista. Chegaram, mesmo, a apelidar-nos de "associação de malfeitores"...

Situação que teve o seu ponto culminante e crítico, por ocasião das comemorações do X aniversário do 25 de Abril.

Atitudes diversas, que culminaram com o Governo a escolher António de Spínola para presidir à Comissão de Honra das Comemorações Oficiais, com o primeiro-ministro a recusar estar presente, fazendo-se apenas representar na sessão solene das comemorações organizadas pela A25A (presidida pelo Presidente da República) e terminaram com os militares de Abril a recusar participar nas comemorações oficiais e a promoverem as comemorações populares.

Ainda tenho na memória, a situação caricata da tribuna destinada aos militares de Abril, para assistirem ao desfile militar na avenida da Liberdade, com apenas 3 lugares ocupados, dos mais de 100 disponíveis, apesar da intensa campanha que os organizadores fizeram junto de muitos de nós.

Em contraponto, recordo bem o enorme sucesso que as Comemorações populares tiveram, por todo o país, em contradição com o sucedido com as oficiais, que além da referida tribuna vazia, viu a Aula Magna da Universidade de Lisboa com apenas as duas primeiras filas ocupadas, na sessão solene, e viu uma banda militar americana tocar para os passarinhos, num jardim de Lisboa...

Tudo isto favoreceu, como é fácil de compreender, a atitude do general Salazar Braga que, como chefe do Estado Maior do Exército, camuflou a sua sanha persecutória aos militares de Abril, inventando a necessidade de ocupação das instalações do Forte do Bom Sucesso, para nos "expulsar" do mesmo. Dava, assim, vazão à posição que assumira quando, como vice-chefe do mesmo EME, deu parecer negativo à cedência dessas instalações, para nossa primeira sede. Posição que não colheu a aprovação do chefe de Estado Maior do Exército, general Amadeu Garcia dos Santos, nosso sócio fundador, que nos cedeu as referidas instalações.

Foram momentos complicados, onde chegou a haver militares a defender a não saída, que se quisessem nos fossem lá tirar...

Prevaleceu, mais uma vez, o cumprimento do compromisso que assumíramos, de sair se o Exército viesse a necessitar das instalações.

Tal como então denunciámos, o argumento utilizado caiu rapidamente, a sem vergonha do seu autor foi desmascarada – como me rio, quando vejo alguns militares apontarem fulanos como este, como os paradigmas do verdadeiro militar!..., como os desprezo e me repugnam!... Tal como afirmáramos, a utilização das instalações não era necessária ao Exército, nunca chegaram a instalar lá nada, além de uma passageira passagem de um comando de brigada, hoje as instalações estão cedidas à Liga dos Combatentes...

"Transitoriamente", dizíamos nós, fomos parar a uma vivenda alugada em Linda-a-Velha, que servia apenas para as funções administrativas. Tal como temíamos, a transitoriedade foi bastante maior que o desejado e corremos o risco de se transformar em definitiva.

A nossa postura na sociedade, a nossa honestidade de procedimentos, a nossa independência e autonomia partidária, impôs-nos na sociedade portuguesa e criou condições para a obtenção da actual sede.

Vista panorâmica do Forte do Bom Sucesso, em Lisboa, de onde a sede da Associação 25 de Abril foi despejada

Com efeito, quando o Exército e a Defesa Nacional se preparavam para destinar as instalações que haviam sido nossas a uma organização exterior aos mesmos, fizemos saber que iríamos denunciar a situação, a sem vergonha dos seus autores e iríamos tentar uma mobilização da opinião pública, contra essas atitudes e os seus autores. Daí resultando, pela intervenção do então CEME, general Loureiro dos Santos, junto do ministro da Defesa Nacional, também da Presidência, Fernando Nogueira, que, contrariamente ao que muitos podiam pensar, foi o governo de Cavaco Silva que nos cedeu as actuais instalações.

Acrescente-se, no entanto, que o governo de António Guterres nos viria a apoiar com as verbas necessárias a terminar as obras, indispensáveis à nossa instalação.

Estes acontecimentos vieram, em minha opinião, confirmar a afirmação da A25A na sociedade portuguesa, junto da população em geral e junto dos responsáveis políticos, como entidade respeitável, como "pessoa de bem".

Posição que fora conseguida através de uma permanente atitude de total coerência com os nossos princípios.

Atitude que nos levara a alguns picos de intervenções de sucesso, de que destaco o I e o II Seminários da A25A, as comemorações dos diversos aniversários do 25 de Abril, nomeadamente a dos 10 anos, dos 15 anos e dos 20 anos (posteriormente, também as dos 25 anos e dos 30 anos).

As comemorações dos 20 anos foram mesmo as que mais sobressaíram (no que se refere às organizadas pela A25A), pois aproveitámos a evolução da opinião de Mário Soares sobre a nossa Associação (evolução que continuou e fez do mesmo sócio efectivo da A25A) e organizámos, em conjunto com a Presidência da República, umas comemorações altamente abrangentes e com forte participação da juventude.

Culminadas com a atribuição à Associação 25 de Abril da ordem da Liberdade, que lhe foi entregue, numa cerimónia pública e com a presença

A25A CELEBRA 25 ANOS

Esperança no futuro

de mais de 6.000 jovens vindos de todo o país, pelo Presidente da República, acompanhado pelos outros maiores responsáveis do país, nomeadamente o presidente da Assembleia da República e o primeiro-ministro, no Largo do Carmo.

Foi esse posicionamento independente e autónomo, essa intervenção "quanto baste", sem pretensões de protagonismo inadequado e artificial, mas firme e coerente, no que aos princípios diz respeito – onde a oferta do bastão ao marechal Francisco da Costa Gomes se enquadrou perfeitamente –, que fez da Associação 25 de Abril uma entidade respeitada, uma "pessoa de bem". Daí resultando a natural aceitação, por parte de todas as autoridades.

Nos últimos anos, tem a A25A levado a efeito a organização de algumas iniciativas de que destacamos o *Observatório da Democracia* e o *I Congresso da Democracia Portuguesa*. Foram duas realizações que resultaram em pleno, mostraram a abrangência e o posicionamento da A25A na sociedade portuguesa já referidos e contribuíram para aumentar o nosso prestígio no País.

Paradoxalmente, não tiveram o efeito público que podiam ter tido, apenas porque a comunicação social lhes não pegou. Mas, lamentavelmente, isso também não foi novidade. A A25A e, até, o 25 de Abril não estão na moda há já bastante tempo. E, como nós não mordemos os cães, a notícia não tem relevância…

Procurando adaptar-nos aos tempos que correm, também nós nos reconvertemos e entrámos em novas esferas de acção.

Em primeiro lugar, entrámos na Internet, através da criação de um *site* e de um *blogue*. O que foi possível fazer, porque o prestígio alcançado nos permitiu obter os apoios financeiros necessários e indispensáveis.

E se o primeiro, com a sua base de dados históricos, é já hoje um instrumento privilegiado no estudo de muitos alunos e investigadores do processo do 25 de Abril, o segundo deve a si próprio alcançar o sucesso que o seu corpo redactorial, composto por mais de cem personalidades que aceitaram o convite da Direcção da A25A, plenamente justifica.

Em segundo lugar, conscientes e conhecedores das enormes deficiências no ensino da nossa história recente e, especificamente, do 25 de Abril, nas escolas portuguesas, decidimos organizar cursos de História Contemporânea, para professores de História.

Consideramos que, com estas acções, multiplicamos por muitos o efeito obtido na nossa constante e permanente ida ás escolas, nos 33 anos que a Revolução dos Cravos já viveu.

Vamos continuar, nestes dois domínios, estando já a executar um novo *site*, sobre a Guerra Colonial, e tendo assinado um protocolo com o Ministério da Educação, que nos permitirá melhorar as diversas acções de intervenção no ensino do 25 de Abril em Portugal.

Ao olhar para o passado, ao analisar estes 25 anos, sentimo-nos relativamente satisfeitos.

São 25 anos que passámos a defender os ideais de Abril, satisfaz-nos o podermos orgulharmo-nos do papel desempenhado, mas, acima de tudo, anima-nos o propósito de tudo reforçar no futuro.

E esse reforço torna-se tão mais necessário e premente quão vemos um Portugal cada vez menos de Abril.

Se outros indícios não existissem, sem necessidade de constatar os inúmeros retrocessos verificados nos últimos anos, basta-nos olhar para a enorme degradação das relações entre o capital e o trabalho, no que se refere à parte dos salários no rendimento nacional: apesar de a riqueza criada por trabalhador ter crescido 41 vezes, entre 1975 e 2004, a parte dos salários no rendimento nacional desceu, no mesmo período, de 59% para 40%.

Francamente, não foi para isto que se fez o 25 de Abril (sem pôr em causa que o objectivo fundamental do 25 de Abril foi o da Liberdade e da Democracia, isto é, o de criar condições para que cada um possa optar) e,

Foi esta vivenda, localizada em Linda-a-Velha, que constituiu a segunda sede da Associação 25 de Abril

apesar de relativamente satisfeitos com a nossa acção específica, temos de interrogar-nos sobre o porquê destas situações, sobre o que e quem falhou.

E, se queremos continuar a responsabilizar-nos com a acção que iniciámos em 25 de Abril de 1974, se queremos continuar a desenvolver essa nossa responsabilidade através da Associação que fundámos há 25 anos, temos forçosamente que ser, no colectivo, bastante mais militantes do que fomos neste primeiro quarto de século da nossa vida associativa.

Com as organizações políticas bastante desprestigiadas, transformadas mesmo em autênticas agências de emprego, a importância do papel das organizações cívicas terá tendência a crescer, cada vez mais.

Os cidadãos não se podem demitir dos seus deveres, não podem delegar *nos outros* o papel que só a eles, a cada um deles, pertence.

É por isso que o papel da Associação 25 de Abril aparece, nos dias de hoje, cada vez com maior importância. A sua dignidade, a sua aceitação e reconhecimento, como "pessoa de bem", pela sociedade e, às vezes, é forçoso que se reconheça, um pouco a contragosto, pelos próprios responsáveis políticos, dá-lhe, a ela A25A e a nós, seus dirigentes e associados, a possibilidade de nos constituirmos como um dos espaços privilegiados, para essa intervenção cívica.

Não temos veleidade em nos substituirmos às outras organizações, nomeadamente às políticas, que têm o seu papel insubstituível; não temos pretensão em tudo fazermos, em nos transformarmos numa qualquer mezinha, que tudo resolve. É um facto, mas temos a certeza de que podemos ser um espaço, onde as portuguesas e os portugueses possam lutar pelos seus ideais, pelos seus valores e pelos seus interesses.

Que, juntamente com muitos outros espaços, consigamos alcançar os objectivos mais puros do 25 de Abril, na construção de um Portugal mais livre, mais democrático, mais justo, mais fraterno e mais desenvolvido.

Como? É a questão que se coloca.

A25A CELEBRA 25 ANOS

Esperança no futuro

Desde logo, reforçando a nossa militância, no pleno desenvolvimento das acções que temos vindo a executar: colaborar para que não nos apaguem a memória, seja nas razões que justificaram plenamente o 25 de Abril, seja ainda nos melhoramentos que a sociedade portuguesa e os Portugueses obtiveram depois dessa gesta libertadora; participar activamente, e de várias formas, nas actividades escolares de divulgação da história contemporânea e do 25 de Abril em especial, seja nas idas ás escolas, seja na realização dos cursos de história para professores (e, porque não alargá-los a outros interessados?), seja no desenvolvimento dos sites informativos; fomentar e incentivar o diálogo e a intervenção cívica dos cidadãos, seja através do *blogue*, de *O Referencial* ou de debates diversos, por nós organizados.

Mantendo, em suma, o posicionamento que assumimos nestes primeiros 25 anos da nossa existência.

Temos consciência, sem falsas vaidades, mas também sem falsos pudores, que somos uma associação especial. Só assim se justifica o facto de, até hoje, não ter sido recusada qualquer proposta para associado, de quem se apresenta como defensor dos valores de Abril. Disso nos orgulhamos, pois só está na A25A quem quer estar, mas também estão todos os que querem estar.

Por nós, responsáveis pela direcção da Associação 25 de Abril, não desistimos. Procuramos manter-nos fiéis às responsabilidades, assumidas com o 25 de Abril e reafirmadas há 25 anos.

Somos ambiciosos, mas para isso torna-se necessário alargar os horizontes da Associação 25 de Abril, recrutar novos associados, chegar à juventude, motivar as portuguesas e os portugueses à actividade cívica.

Algumas novas perspectivas nos têm surgido nos últimos tempos, mas, enquanto apenas perspectivas, não é legítimo sobre elas especularmos.

Uma certeza aqui quero deixar: tudo faremos para fortalecer e alargar a Associação 25 de Abril e o seu papel na sociedade portuguesa.

Assim tenhamos a força anímica necessária e não nos falte a participação activa dos associados. ■

A25A CELEBRA 25 ANOS

O Referencial e a A25A

PEDRO DE PEZARAT CORREIA

A HISTÓRIA DE *O Referencial*, não coincidindo, exactamente, com a da Associação 25 de Abril, quase se confunde com ela. Ainda apenas com o nome de Boletim da Associação 25 de Abril, o seu n.º 1 foi publicado no primeiro trimestre de 1985, quando a Associação já completara dois anos de vida e, de facto, as suas primeiras edições eram as de um boletim associativo, melhor ainda, de um boletim da Direcção da Associação, condição que os próprios editoriais reflectiam. Afirmava-se como o elo de ligação com todos os associados, através do qual se divulgavam iniciativas e projectos e o director do boletim era um membro da Direcção da A25A, o sócio fundador Antero Ribeiro da Silva, o que acentuava a sua característica de órgão dos corpos sociais. Aliás, este primeiro número coincide com o despejo da Associação da sua sede no Forte do Bom Sucesso, uma atitude persecutória do então chefe de estado-maior do Exército e a sua transferência para Linda-a-Velha. Insere-se, por isso, numa fase pioneira da A25A, de resistência contra a tentativa da hierarquia militar para a asfixiar e o nascimento do boletim inscreve-se nessa luta pela sobrevivência.

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL

Editorial

Assembleia Geral Ordinária

Desde o número inicial que foi anunciada uma periodicidade trimestral que, com muitas escassas excepções, tem vindo a ser respeitada.

O título *O Referencial* só aparece a encabeçar a capa no n.º 8 (Nov 86-Jan 87), mas esta expressão é utilizada, pela primeira vez, a fechar o Editorial do n.º 6 (Fev-Abr 86), para qualificar aquilo que deveria ser a A25A em relação ao Portugal democrático. Daí a sua adopção definitiva como título do órgão que se propõe ser a imagem pública da A25A que, afinal, traduz uma vocação cívica e comprova a perfeita identificação do boletim com o projecto da Associação. Nas edições que se seguiram até ao n.º 25 (Out-Dez 91), o director continuou a ser um membro da Direcção da A25A. Depois de Ribeiro da Silva, Oliveira Monteiro dirigiu o nº 9, Falcão de Campos os n.ºs 10 a 18, Sacramento Marques o n.º 19, por falecimento deste de novo Falcão de Campos dirigiu os n.ºs 20 e 21 e Rosário Simões os n.ºs 22 a 25. A sua natureza de órgão da Direcção da Associação acentuou-se nestes últimos quatro números com o próprio presidente da Direcção, Vasco Lourenço, a assinar os editoriais. No entanto, a partir do n.º 10, *O Referencial* começa a evidenciar uma visível preocupação de se virar mais para o exterior, para o país, para o mundo, para temas de conteúdo cultural e social.

É com o n.º 26 (Jan-Mar 92), que a Direcção da A25A decide que *O Referencial* deve iniciar uma nova fase, convidando para o dirigir um sócio fundador que não integre os corpos sociais, exactamente o subscritor destas linhas, intenção que foi interpretada como o desejo de uma nova linha de rumo, na qual *O Referencial* se assumisse mais como um órgão da Associação, encarada no seu todo, do que da sua Direcção, se bem que mantendo-se intimamente ligada a esta, que deveria dispor do seu espaço próprio de sua exclusiva responsabilidade editorial. Esta orientação foi imediatamente expressa na primeira edição da responsabilidade do novo director, na qual se anunciava uma nova era para *O Referencial* que, de resto, deveria corresponder à que se abria para a A25A, quando já estava em marcha a instalação na nova sede, aquela que actualmente ocupa. Era mais uma prova dos percursos comuns da Associação e do seu boletim. A nossa proposta era tornar *O Referencial* mais do que um mero boletim associativo, transformando-o, através de um processo evolutivo, num produto diferente o que, implicitamente, apontava para um modelo híbrido, tipo de revista de informação e intervenção cívica mas que fosse conciliável com a sua componente de boletim, isto é, de principal elo de ligação entre os associados como fora anunciado no n.º 1, no qual estes

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL

EDITORIAL

A25A CELEBRA 25 ANOS

O Referencial e a A25A

pudessem dispor de um espaço que acolhesse a sua ânsia de intervenção cívica, de expressão cultural ou de participação associativa. Os sucessivos editoriais, sempre ilustrados com o traço incisivo, crítico e irónico de Vicente (o sócio fundador Luís Vicente da Silva), que se mantiveram fielmente até ao n.º 67, reflectiam esta opção. Entrava assim, *O Referencial*, na sua fase adulta, sem deixar, contudo, de continuar a evidenciar o amadorismo dos seus responsáveis.

Com o n.º 58 (Jan-Mar 00) viria a verificar-se um novo avanço qualitativo, com a entrada do associado jornalista Mário Figueiredo que assumiu as funções de editor e, com o seu profissionalismo, passou a conferir ao nosso boletim um mais cuidado arranjo e paginação, melhor sistematização dos conteúdos e notória melhoria do seu grafismo. Assim se manteve até ao n.º 64 (Jul-Set 01) quando Mário Figueiredo, por compreensíveis razões profissionais, teve de cessar a sua colaboração. Este foi também o período em que, durante algum tempo, correspondente aos n.ºs 54 a 65, se contou com a colaboração do sócio fundador José Cardoso Fontão como director-adjunto.

A dinâmica da melhoria de qualidade para a qual, de resto, sempre contou com o apoio e suporte financeiro da Direcção da Associação que considerou que era um projecto em que valia a pena investir, receberia um novo impulso a partir do n.º 67 (Abr-Jun 02), quando assumiu as funções de editor o associado e experiente jornalista José António Santos que trouxe consigo, para quando necessário, a colaboração do repórter fotográfico Fernando Farinha. É a fase actual e, por isso mesmo, ainda é cedo para sobre ela fazer história. Os sócios e leitores farão o seu juízo, mas creio poder antecipar que *O Referencial* entrou na fase da maturidade e que isso muito deve ao nosso actual editor.

Por fim, numa resenha histórica de *O Referencial*, não pode omitir-se o relevante papel daqueles que, na retaguarda, asseguraram e asseguram a garantia da sua publicação regular, reunindo o material, recorrendo aos arquivos, procedendo às revisões, contactando as gráficas, mas também contribuindo com o seu conselho oportuno na elaboração e composição de cada número. Refiro-me aos secretários permanentes da A25A, os sócios José Olivença até ao n.º 57 (Out-Dez 99) e António Belo a partir desse número e até hoje. E ainda, na distribuição e contacto com os sócios à dedicada funcionária Alice Monteiro. Nenhum destes colaboradores é dispensável nesta tarefa de fazer chegar aos associados da A25A um produto que se pretende tenha um mínimo de qualidade e que corresponda ao compromisso expresso no Editorial do n.º 1, "que tenha uma vida longa". Já vai quase nos 23 anos e está aqui para prosseguir. ■

AVENÇA

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

COMUNICADO

AVENÇA

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL

A ASA TEM TRÊS ANOS

REFLECTINDO

AVENÇA

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL

EDITORIAL

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

PAGAMENTO DE QUOTAS

APELO

BOLETIM DA
ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL
A25A
o referencial
Dez Anos Depois

REFERENCIAL
EDITORIAL
Passagem de testemunho
Destacamos:

REFERENCIAL
EDITORIAL
DIA DA LIBERDADE
25
vamos construir

REFERENCIAL
EDITORIAL

BOLETIM DA
ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL
NESTE NÚMERO:

REFERENCIAL
EDITORIAL

REFERENCIAL

REFERENCIAL
EDITORIAL

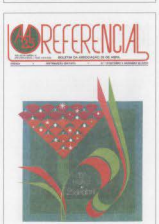
REFERENCIAL
EDITORIAL
Até sempre, ZECA
Assembleia Geral Ordinária

REFERENCIAL
EDITORIAL
SEM COMENTÁRIOS

REFERENCIAL
EDITORIAL
NOITE DE CHUVA

REFERENCIAL
EDITORIAL
FALECIMENTO DO DIRECTOR DO NOSSO BOLETIM

REFERENCIAL
A25A
O REFERENCIAL
EDITORIAL


REFERENCIAL

REFERENCIAL
EDITORIAL

REFERENCIAL
EDITORIAL

O Referencial e a A25A

REFERENCIAL
BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DE 25 ABRIL
EDITORIAL

REFERENCIAL
BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DE 25 ABRIL
EDITORIAL

REFERENCIAL
BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DE 25 ABRIL
EDITORIAL

REFERENCIAL
BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DE 25 ABRIL
EDITORIAL

REFERENCIAL
BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DE 25 ABRIL
EDITORIAL

REFERENCIAL
BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DE 25 ABRIL
EDITORIAL

REFERENCIAL
BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DE 25 ABRIL
EDITORIAL

REFERENCIAL
BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DE 25 ABRIL
EDITORIAL

REFERENCIAL
BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DE 25 ABRIL
EDITORIAL

REFERENCIAL
BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DE 25 ABRIL
EDITORIAL

REFERENCIAL
BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DE 25 ABRIL
EDITORIAL

REFERENCIAL
BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DE 25 ABRIL
EDITORIAL

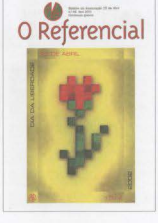
REFERENCIAL
BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DE 25 ABRIL
EDITORIAL

REFERENCIAL
BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DE 25 ABRIL
EDITORIAL

REFERENCIAL
BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DE 25 ABRIL
EDITORIAL

REFERENCIAL
BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DE 25 ABRIL
EDITORIAL

O Referencial e a A25A



referencial
www.25abril.org
Bem-vindo ao novo site da Associação 25 de Abril.

referencial
25 DE ABRIL

referencial
31 anos de Abril
Vasco Gonçalves
(1922-2009)

referencial
Mais de 30 anos de Abril

referencial
9 Setembro 1973
Quem vidas em três séculos
Festa no Monte do Sobral

referencial
Vamos reflectir os próximos 30 anos de Democracia

referencial
Emídio Guerreiro
(1899-2009)

referencial
Guerra à guerra

referencial
EUROPA em construção

referencial
1.º Congresso Democracia Portuguesa

referencial
Não apaguem a memória!
Trás-os-Montes homenageou o marechal Costa Gomes

referencial
Não apaguem a memória

referencial
25 Abril 1974
30 Anos

referencial
25 DE ABRIL 2005 - XXXI ANIVERSÁRIO

referencial
LIBERDADE
25 ABRIL
31 Anos de Liberdade
36 Anos de Poder Democrático - 1978/2006

referencial
Liberdade
1974 - 2007
25 Abril

Na saudade do Mestre

JOSÉ CARDOSO FONTÃO

SE FOSSE VIVO Emídio Guerreiro teria completado 108 anos, nada que nos espantasse, aquela mente poderosa nunca vacilou, fosse no discurso, na memória ou na argumentação dos muitos temas que dominava e todos nós, ao virar do século, estaríamos esperançados em o ver cavalgar a primeira década do século XXI, a aurora dos tempos que ele profetizava para o inevitável triunfo da Fraternidade no Planeta Terra.

Em boa verdade, ele também sentiria o vigor suficiente para essa caminhada e não me pareceu simples brincadeira quando nessa mesma altura reservou, no Hotel de Quarteira onde costumava ficar, alojamento de férias por dez anos. Infelizmente, partiu mais cedo, mas revestido dessa mesma lucidez, como um pegador frente à besta, agarrando-a pelos cornos com a mesma determinação e coragem de toda a vida.

Muitos o conhecem tão bem ou melhor do que eu, muitos o admiram profundamente, não se pode dizer que tivesse morrido ignorado pela opinião pública e pela comunicação social, quem o contactou, quem o ouviu sem rabos-de-palha, admirou-o, respeitou-o e até se enterneceu com ele. Teve algumas homenagens públicas relevantes.

Por isso vejo com desgosto o manto de silêncio que está a cair sobre a sua memória. Sei que não estou só, os seus muitos amigos, figuras de relevo na nossa vida pública, muita gente anónima tem ainda guardado o registo lendário e heróico de toda a sua vida e é principalmente a esses que me dirijo.

Emídio Guerreiro nada deve aos maiores ícones da nossa vida política no século XX. Como combatente não teve rival; como resistente, o que mais durou, e só não terá sido o mais sacrificado porque se evadiu rocambolescamente do Aljube e mais tarde de um campo de concentração em França; porque não morreu de armas na mão na revolta de 1927 contra a ditadura militar; em Espanha ao lado dos republicanos e em França na Resistência; porque nunca foi apanhado e fuzilado; Porque como militante político, nunca se entregou de mãos atadas a uma ideologia ou ao beija-mão dos "gurus" políticos.

Que lhe falta então? Nada, mas teve coisas só dele, a solidão dos altos cumes de que falava Nietzcshe; o universo puro da matemática; as duas grandes estrelas do seu firmamento, Liberdade e Fraternidade; a Amizade como cimento indestrutível entre os homens e num plano de Igualdade.

Não sou, nem de longe o homem mais indicado e capacitado para analisar em profundidade o pensamento de Emídio Guerreiro.

Espero bem que apareça quem o faça e também lamento que o seu acervo documental não esteja já a ser arrolado e estudado. Só não me inquieto mais porque acredito na boa consciência das pessoas responsáveis por zelarem com grande respeito por essa salvaguarda, custe o que custar.

Sabemos que ele era um cartesiano muito assumido e pode-se mesmo supor que funcionasse numa matriz estritamente racionalista. Penso que não e gostaria de assinalar essa pista.

Quando o conheci, já tinha tomado algum contacto com a doutrina de Epicuro e sido tocado de simpatia por ela. Não me escaparam portanto as referências ao filósofo que pontuavam as suas dissertações, por exemplo, a mote do António Melo sobre o problema do Tempo, em que partindo do filósofo, veio até à teoria dos quanta e por aí fora.

Como se sabe, o que se conhece de Epicuro, um filósofo grego nascido no ano de 341 a.C. raramente, resulta dos seus textos, pois muito pouca coisa chegou aos nossos dias e é através das críticas dos seus detractores, os platonistas principalmente, também dos sofistas e pitagóricos, que podemos configurá-la.

Para ele, os homens, nem estavam sujeitos à vontade dos deuses (dos que eram adorados no seu tempo), nem eram meros joguetes do destino ou das circunstâncias da natureza, dependiam muito mais da força da sua vontade.

A liberdade do homem era portanto um dado muito importante, mas não uma liberdade qualquer, tinha de estar sustentada numa Ética, isto é, num sentido moral para consigo e para com os outros.

Ao contrário de outros filósofos gregos do tempo que se baseavam muito numa meditação com vista a alcançarem dentro de si a fonte da verdade e dos actos em que se cumpria, Epicuro entendia que essa realização, a felicidade afinal, só poderia ser alcançada em conjunto com outros homens e por isso criou uma escola onde todos viviam em comum, numa fraternidade muito grande e onde os escravos, as mulheres ou os trabalhadores humildes, mereciam o mesmo tratamento fraterno, como também, acesso à instrução (era coisa nunca vista).

Aconselhava os seus discípulos a distanciarem-se da política que se traduzia em facções e dos negócios, porque feriam o espírito de amizade. É um tema muito actual pelo desconsolo com a política e o feroz egoísmo da vida económica, mas é bom salientar que Epicuro não condenava a política em si, queria construí-la de baixo para cima a partir duma sociedade fraterna.

Condenava, sim, a vida da cidade, da grande Atenas, que era a fonte de todas as desigualdades, da escravatura em particular, onde o governo se distanciava das leis naturais. Se virmos bem, este é ainda um dos grandes problemas do nosso tempo. Cada vez há mais leis e menos nos entendemos, cidades grandiosas para gozo de uns e desgraça ou vida vazia da maioria

A sua escola passou à história por designação jocosa dos seus adversários como "O Jardim" (hoje chamar-se-ia uma quinta) onde se cultivavam os bens alimentares de que precisavam e se aperfeiçoavam na discussão de todos os problemas do seu tempo, do modo como o homem poderia alcançar a felicidade, afinal. Segundo Epicuro, era da própria natureza do homem ser amigo de outros homens.

A maior bem-aventurança era assim a amizade entre todos os humanos e a verdadeira sabedoria o modo de a alcançar.

Defendiam uma vida simples, uma partilha dos bens, das preocupações e dos objectivos.

Na verdade, há quem veja Epicuro como um verdadeiro evangelista, no sentido em que difundiu uma doutrina fundada na amizade e que conduzia à bem-aventurança, um evangelista laico, diríamos hoje. Note-se que, já em plena era cristã, os seus discípulos, verdadeiros apóstolos espalhados pela Ásia menor e pelas paragens do mediterrâneo, ainda convertiam pequenos monarcas e as suas gentes à doutrina do mestre.

Assim se admite com fundadas razões que esses ecos de Epicuro tivessem chegado aos primeiros cristãos pois se organizaram em comunidades deste tipo, unidas pelo amor ao próximo que era, no fundo, uma amizade talvez ainda mais radical. Depressa isso mudou e, sem esquecer as muitas e boas excepções que existem, habituaram-se aos palácios, aos luxos, às pompas e ainda hoje vivem bem acomodados, com palavras piedosas, mas deitando as culpas ao mundo que afinal fizeram e continuam a fazer. Vejam-se os Papas, no meio do luxo asiático do Vaticano, a darem lições, reprimendas e conselhos aos homens de um planeta que afinal é comandado por cristãos desde o Império romano de Constantino. Esses, mereceriam a excomunhão e não as desesperadas mulheres que abortam, ou os médicos que ajudam à morte suave de seres já sem uma vida digna.

Se os doutores da Igreja em vez de se embrulharem no Aristóteles se deixassem cativar por Epicuro não poderíamos hoje ter um mundo bem diferente? Assim, ficou no esquecimento e os seus escritos eram queimados com sanha persecutória e críticas jocosas.

O Professor Emídio Guerreiro, já tinha mais de cem anos quando lhe ouvi dizer tudo isto de uma forma muito simples: "Eu não posso ser feliz se estiver rodeado de infelizes".

No fundo, o ateu Emídio Guerreiro, pensava como Madre Teresa de Calcutá, uma crente generosíssima, até nas dúvidas que a assaltaram perante Deus e face à crueldade do mundo que a rodeava. A diferença assentava no modo de agir, na receita para mudar as coisas.

Madre Teresa abdicou de tudo em função da sua acção caritativa. A felicidade pessoal só a poderia motivar em termos de transcendência fora deste mundo. A receita passa pelas chamadas virtudes teologais, e nesta perspectiva, há uma espécie de fatalidade em que uns dão, outros recebem, e poucos serão os eleitos.

Emídio Guerreiro cultivava os prazeres mundanos, um bom repasto, um bom vinho, fruir essas e outras ofertas da vida, numa felicidade que envolvia os amigos, soltando a conversa e as ideias, tendo sempre presente o sentido da fraternidade entre os homens e a das suas políticas. Era a receita de Epicuro, embora menos frugal, um apostolado para criar redes de solidariedade no mundo, sem sacrificar a felicidade de cada um e da vida em geral.

Ainda bem que houve sempre homens, religiosos ou não, preocupados com os outros, com uma felicidade a que todos possam ter acesso, principalmente a partir de Rousseau e depois de muitos mais que tentaram encontrar caminhos justos para a humanidade com resultados e expectativas hoje bem à vista no apoio dos Estados às crianças, à velhice, aos doentes, aos deficientes, desempregados, etc., todavia, sem se conseguir um mundo verdadeiramente justo, pelo contrário, o fosso entre os ricos e os pobres é cada vez maior, há uma extrema miséria de milhões ou biliões de pessoas, morrendo mesmo de fome, cada vez mais guerras por isto e por aquilo, mais desgraças e atentados ecológicos. Implantou-se um sistema económico, que continuou a ser muito dirigido por cristãos e também por judeus, arrastando todos os outros, potentados árabes, etc. e que não está feito para a justiça, antes para a competição que é o inverso da amizade ou do verdadeiro amor ao próximo, o qual, dizem, se "deve amar como a nós mesmos". Onde é que isso se vê?

De facto, o egoísmo que é inerente à natureza humana, mas não pode ser deixado à solta, em lugar de diminuir, tem estado a aumentar assustadoramente nas sociedades modernas.

Assim se perceberá melhor que o século da fraternidade em que falava Emídio Guerreiro era a renovação da utopia epicurista que ele antecipava exercendo-a no campo da amizade.

Essa utopia tinha raiado muito antes no seu espírito. Como ele dizia: "Para a minha geração a Revolução de Outubro em 1917 foi como um Sol a levantar-se no horizonte" Por isso também, quando pouco depois entrasse para a Maçonaria escolheria o nome simbólico de Lenine.

Conhece-se bem o seu percurso político e pode-se avaliar a decepção que o terá tomado, mas é certo também que ela não lhe matou a utopia.

Talvez isso se explique um pouco por outra circunstância que lhe ouvi referir. Quando conseguiu fugir de Vigo já sob ocupação dos franquistas, acabou por ir parar a Madrid ainda dominada pelos republicanos e ali frequentava uma vetusta associação cujo nome não registei. Tinha uma biblioteca e, dizia ele: "Derrubei aquelas prateleiras todas de livros". Terá sido aí que o Epicuro lhe veio às mãos e lhe renovou para toda a vida essa utopia e o sentido profundo da amizade?

Emídio Guerreiro não foi um vulgar cidadão para ficar arrumado na memória dos amigos ou familiares, foi um exemplo cívico de primeira grandeza e que, como tal, deve ser trazido, não só ao levantamento histórico de todo o século XX, como à reflexão filosófica e política, como à pedagogia das novas gerações.

Há instituições responsáveis e pessoas mais habilitadas nessa tarefa e este foi apenas um pequeno incitamento aos discípulos do Mestre. ■

Em memória de Alberto Vilaça

JORGE GOUVEIA MONTEIRO*

UM HOMEM SÓLIDO. É assim que recordo a sua figura, a sua voz, a sua presença.

Organizado e atento, preparava as suas notas escritas para as reuniões. Intervinha, dava opinião, acrescentava factos e propunha assuntos novos.

E nos intervalos, quando jantávamos juntos, contava-nos episódios variados da sua vida ou do seu conhecimento, com grande entusiasmo e humor. Nos últimos anos em que convivemos, creio mesmo que retirava especial prazer desses pedaços de conversa e narrativa.

Com o Alberto Vilaça confirmei que a influência de um homem junto dos seus semelhantes se conquista pela profundidade e justeza das opiniões. Recordo o peso da sua opinião na Comissão de Toponímia da Cidade de Coimbra. Ao ponto de, quando ao fim de oito anos esta foi reconstituída como órgão colectivo plural, a única solução para recuperar o acervo de propostas e decisões ter sido ir bater à porta do seu escritório na Rua da Sofia.

Ou, noutra ocasião, o impressionante leque de personalidades que, com a intervenção directa do Alberto Vilaça se movimentaram em Coimbra para exigir à Câmara a edificação do monumento ao 25 de Abril. Foi das acções de unidade democrática, no terreno concreto, do melhor que conheço.

Testemunho coisas da minha Cidade e do meu tempo de Abril. Outros melhor do que eu falariam de outras lutas e andanças.

O que sei é que nos fazem falta mais homens assim, capazes de juntar duas coisas que quando separadas de pouco valem: cultura e firmeza de convicções. ■

** Sócio da A25A, vereador da Câmara Municipal de Coimbra*

Convites à A25A

O PEN Clube Português – Homenagem a Sophia de Mello Breyner Anderson, 02-07-2007; Círculo de Leitores e a Tema e Debates – Lançamento da obra «Portugal e a Integração Europeia» 26-06-2007; Câmara Municipal de Odivelas – Inauguração da exposição Colectiva «Arte Silenciosa», 05-07-2007, Inauguração da exposição de pintura de Carlos Alberto Santos - «História e Tradições de Portugal», 06-09-2007, Inauguração da exposição de Escultura de Eduardo Nascimento «Enlevo de Monges III», 11-09-2007; Seminário «Acessibilidades Física e Electrónica», 19 -10-2007; Editorial Caminho – lançamento do livro «Auto-Retrato» de João Melo, 27-06-2007, apresentação dos livros «Histórias, tais, Animais e Outras Mais» e «Histórias de Patente com tenente e outra gente» de Pedro Teixeira Neves e Rachel Caiano, 20-06-2007, lançamento do livro «Campo de Trânsito» de João Paulo Borges Coelho, 04-07-2007, lançamento do livro «A Igreja Católica. O choque de Paradigma» de José Luis de Matos, 26-09-2007; Edições Afrontamento - apresentação do livro «África no feminino – As mulheres Portuguesas e a Guerra Colonial» de Margarida Calafate Ribeiro, 26-06-2007; Hospital Júlio de Matos – Conferências 31-05/21-06-07; Associação Portuguesa de Deficientes, tomada de posse dos órgãos sociais nacionais 14 -06-2007; Galeria 9arte – inauguração de exposição de fotografia «Crush on rush» de Manuel Luis Cachofel e Rui Dias Monteiro, inauguração de exposição de pintura «Lying Portraits» de Susana Dias, 03-10-2007; Galeria Casa do Pelourinho, inauguração de exposição de fotografia de Pedro Inácio, 30-06 a 29-07-2007; Alêtheia Editores, apresentação do livro «Foi assim» de Zita Seabra, 05-07-2007; Câmara Municipal de Vila Verde - 5ª Bienal Internacional de Arte Jovem de Vila Verde, 29-06-2007; Direcção Nacional da Associação Portuguesa de Veteranos de Guerra, inauguração da exposição fotográfica «Soldados em África (1961-1975)», 06-07-2007; Câmara Municipal de Gaia, estreia do 208º. espectáculo do TEP «Visitas ao Sr. Green» de Jeff Baron, 20-09-2007; DIFER Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra e Henrique Tigo, lançamento de livro «Análise Demográfica do Concelho de Góis», 25-08-2007; Esfera dos livros, apresentação do livro «Operárias e Burguesas – as mulheres no tempo da República» de Maria Alice Samara, 01-10-2007; Associação José Afonso, Lançamento do livro «Escritas de Maio – Escrever com José Afonso» de Miguel Gouveia, 01-10-2007; Liga dos Combatentes, Comemoração do 84º Aniversário, 20-10-2007; Teatro Municipal de Almada, apresentação da temporada 2007-2008 do TMA, 13-10-2007. ■

José da Luz dos Santos distinguido no Algarve

A Direcção da A25A, felicita o nosso sócio José da Luz dos Santos, membro da Comissão Instaladora da Delegação do Algarve, que recebeu das mãos do presidente da Câmara de Faro, Dr. José Apolinário, no dia da Festa da Cidade, a Medalha de Mérito Municipal - Grau Ouro, pelo seu contributo cívico à cidade.

Membro fundador da Civis – Associação para o Aprofundamento da Cidadania, e membro da sua direcção, publicou recentemente um livro, "Temas do Tempo Presente - Os Direitos Humanos", que está disponível na nossa Sede.

Ofertas à A25A

LIVROS: *Suisse – Portugal: Regarde Croisés – 1890 – 1930*, de Reto Mónica, oferta do autor; Associação Social e Cultural de Almancil – Publicação *15 anos solidários*, oferta do presidente da Direcção; *A função Pública é uma carga de trabalhos – Manifesto contra a falta de produtividade* de José A. Lomba, oferta do autor; *Revista da GNR* «Exposição o Carmo, A GNR e o 25 de Abril» oferta do chefe do Estado Maior da Guarda Nacional Republicana

DIVERSOS: Quadro, oferta de Francisco Tigo; CD Arquivo Histórico , Biblioteca e Museu da GNR; DVD – Filme Institucional da GNR, oferta do Estado Maior da Guarda Nacional Republicana ■

Associados falecidos

Registámos o falecimento dos seguintes associados: Jaime Simões da Silva (sócio fundador n.º 243); António Fernando José Outeiro (sócio efectivo n.º 1603), Fausto Sousa Correia (sócio efectivo n.º 2377), Ilídio Quintinha Guerreiro (sócio efectivo n.º 3341); Luís Manuel Monteiro Baptista (sócio efectivo n.º 3291); Gualter Viriato Nunes Basílio (sócio efectivo n.º 3270); Dulcília Conceição Gaspar (apoiante n.º 608); Inocência Sousa Coutinho (apoiante n.º 109)

Às famílias enlutadas apresentamos sentidas condolências. ■

Vamos aprender Bridge! (75)

LUÍS GALVÃO

PROCURÁMOS, AO LONGO dos últimos artigos, não só familiarizar como também motivar os leitores para a técnica do SQUEEZE tentando, em paralelo, desmontar o conceito elitista que exista, sobretudo entre os principiantes, relativamente à execução ou mesmo quanto à simples detecção desta específica manobra de carteio.

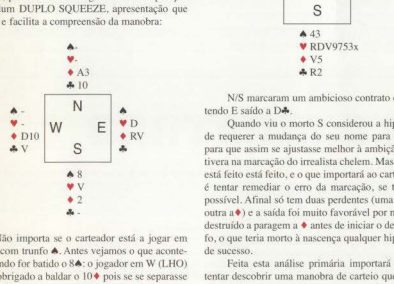
Se fomos ou não claros e convincentes e se, em suma, atingimos os objectivos a que nos propusemos é certeza que só poderá ser obtida pela prática, à mesa de jogo, de cada um dos leitores.

Na esperança fundada de que os resultados sejam animadores não podemos, nem devemos, desistir pelo que, nessa convicção, nos propomos, ao longo deste artigo, apresentar-vos uma nova família dos SQUEEZES que se denomina como DUPLO SQUEEZE.

1 – O CARTEIO
1.4 – O SQUEEZE
1.4.2 – O DUPLO SQUEEZE

Primeiro e sincero alerta: Não são um bicho-de-sete-cabeças mas, como poderão verificar, os DUPLOS SQUEEZES são relativamente evidentes, antes parecendo mais difíceis de identificar e de executar do que a realidade nos mostra.

Comecemos, antes de qualquer explicação técnica, para mostrar o diagrama de uma posição final dum DUPLO SQUEEZE, apresentação que ilustra e facilita a compreensão da manobra:



Não importa se o carteador está a jogar em ST ou com trunfo ♠. Antes vejamos o que acontece quando for batido o 8♣: o jogador em W (LHO) vê-se obrigado a baldar o 10♦ pois se se separasse do V♣ bastaria ao carteador baldar o 3♦ do morto para que a totalidade das vasas fossem conseguidas.

Perante a balda do 10♦ o carteador abandona, por então desnecessário, o 10 ♣ de N que funcionara como AMEAÇA ISOLADA para o flanco esquerdo.

Analisemos agora o dilema que é proposto ao jogador em E (RHO): Não podendo baldar a D♥, perante a evidência de apurar o V♥ de S, vê-se obrigado a abandonar o V♦ promovendo, automaticamente, o 3♦ do morto à categoria de carta apurada, bastando para tal que o carteador bata o A♦ e depois o 3♦, carta que já adquiriu, por direito próprio, o estatuto de vedeta da companhia.

Como afirmáramos anteriormente o diagrama ilustra, na evidência, como funciona e se executa o DUPLO SQUEEZE que não é mais do que a combinação de 2 SQUEEZES SIMPLES, dirigidos, cada um deles, a cada um dos defensores (flancos).

É óbvio que se para a execução de um SQUEEZE SIMPLES o carteador necessitava de 2 AMEAÇAS, já para levar a cabo um DUPLO SQUEEZE não precisará de 4 AMEAÇAS, mas sim unicamente de 3, com a condição de uma delas (a AMEAÇA COMUNICANTE) ser comum aos dois flancos.

Em resumo, diremos que o diagrama final do DUPLO SQUEEZE terá que considerar 2 AMEAÇAS ISOLADAS (cada uma dirigida a um dos flancos e situadas uma no morto e outra na mão, ficando portanto SEPARADAS) e uma AMEAÇA COMUNICANTE composta por 2 ou mais cartas que seja comum aos dois flancos.

Feita a apresentação do diagrama e a explicação sumária das condições necessárias à montagem e execução do DUPLO SQUEEZE impõe-se que mostremos uma mão que tipifique e justifique o emprego da técnica de carteio em análise.

Consideremos a seguinte mão:

N/S marcaram um ambicioso contrato de 6♥ tendo E saído a D♣.

Quando viu o morto S considerou a hipótese de requerer a mudança do seu nome para Ícaro, para que assim se ajustasse melhor à ambição que tivera na marcação do irrealista chelem. Mas o que está feito está feito, e o que importará ao carteador é tentar remediar o erro da marcação, se tal for possível. Afinal só tem duas perdentes (uma a ♥ e outra a ♦) e a saída foi muito favorável por não ter destruído a paragem a ♦ antes de iniciar o destrunfo, o que teria morto à nascença qualquer hipótese de sucesso.

Feita esta análise primária importará agora tentar descobrir uma manobra de carteio que consiga eliminar uma perdente e que permita realizar as 12 almejadas ganhantes.

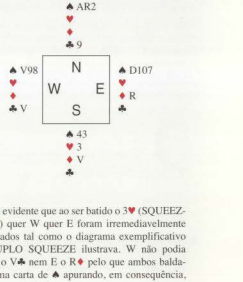
Perante o estudo do morto em conjugação com a sua própria mão facilmente concluiu que a hipotética 12.ª vasa só poderia ser atingida por recurso a um eventual SQUEEZE dado que nenhuma outra manobra parecia adequar-se a tal propósito.

Face à saída poderia considerar a hipótese de isolar a AMEAÇA do 9♣ em N, cortando um ♣ na mão, para montar um SQUEEZE SIMPLES POSICIONAL contra W necessitando, nesse caso, que este jogador detivesse 6 ou mais cartas em ♠. Perante esta conclusão decidiu que, probabilisticamente, tal distribuição seria altamente improvável, até porque a saída já indiciava que o naipe de ♣ fosse cumprido na mão de W o que implicava um bicolor ♠/♣ altamente pronunciado no flanco esquerdo.

Perante este cenário voltou a equacionar outra solução, mais provável, tendo-se "voltado" para a possível montagem de um DUPLO SQUEEZE o que adquiriu foros de exequibilidade quando E apanhou a 2.ª vasa com o A♥ e continuou o ataque em o R♦.

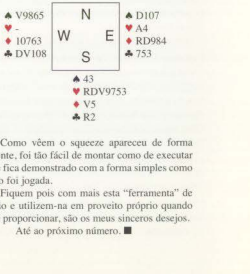
O AJUSTE estava automaticamente feito com a vasa do A♥ e a AMEAÇA do V♦ ficou imediatamente materializada contra E com a jogada do R♦. Consideradas as duas AMEAÇAS ISOLADAS (o 9♣ contra W e o V♦ contra E) restava como AMEAÇA COMUM ou NAIPE PIVOT as ♠ que satisfaziam, na perfeição, os requisitos técnicos necessários.

Perante a jogada do R♦ o carteador entrou com o A♦ e tirou o último trunfo. Foi ao morto no A♣ e bateu 6♣ que cortou na mão, constituindo o 9♣ como AMEAÇA ISOLADA contra o flanco esquerdo. Bateu, em seguida, os restantes trunfos tendo chegado à seguinte posição final:



É evidente que ao ser batido o 3♥ (SQUEEZANTE) quer W quer E foram irremediavelmente squeezados tal como o diagrama exemplificativo do DUPLO SQUEEZE ilustrava. W não podia baldar o V♣ nem E o R♦ pelo que ambos baldaram uma carta de ♠ apurando, em consequência, as 3 cartas de ♠ do morto.

Para finalizar resta-nos apresentar a mão completa para que os mais puristas ou aplicados nela possam meditar:



Como vêem o squeeze apareceu de forma evidente, foi tão fácil de montar como de executar o que fica demonstrado com a forma simples como a mão foi jogada.

Fiquem pois com mais esta "ferramenta" de carteio e utilizem-na em proveito próprio quando tal se proporcionar, são os meus sinceros desejos.

Até ao próximo número. ■

Coimbra comemorou 33 anos de Abril

A DELEGAÇÃO DE COIMBRA da A25A comemorou, no dia 27 de Abril, o 33 º aniversário da «Revolução dos Cravos».

O programa incluiu as seguintes actividades: Colóquio: "Do 'Império' às Comunidades" – O Estado Novo, o colonialismo, a guerra colonial e o colapso do regime. O cessar-fogo em África, a construção do Estado pós-colonial nos PALOP e os desafios da CPLP. O 25 de Abril e o futuro.

O colóquio teve lugar na Casa Municipal de Cultura de Coimbra, com o apoio do Departamento de Cultura da Câmara Municipal de Coimbra. Participaram diversos conferencistas – reputados historiadores, jovens investigadores, combatentes da guerra colonial e do Movimento Popular de Libertação de Angola, «pais de Abril» e «filhos de Abril» –, com excelentes comunicações temáticas, gravadas pelo Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, para constituírem material de arquivo à disposição dos investigadores interessados:

- Prof. Doutor Luís Reis Torgal, "« Muitas raças, uma nação», ou o mito de Portugal multirracial no Estado Novo".
- Dr. Tiago Soares, "Colonialismo: feridas por sarar na sociedade africana".
- Coronel Carlos Matos Gomes, "A Guerra Colonial e o 25 de Abril".
- Carlos Alberto Van-Dúnen (membro do Comité Central do MPLA. Apoio da Embaixada de Angola), "Os primeiros tempos da Luta de Libertação Nacional em Angola".
- Dra. Manuela Cruzeiro, "Notícias do bloqueio: A contestação interna ao regime".
- Coronel David Matos Martelo, "O 25 de Abri e, o cessar-fogo em África".
- Dr. Julião Sousa, "A construção do Estado pós-colonial nos PALOP".
- Embaixador Albertino Almeida, "A CPLP: desafios e potencialidades num tempo de integração regional e de globalização".
- Prof. Doutor Amadeu Carvalho Homem, "O 25 de Abril, a tradição democrática em Portugal e o projecto de futuro".

Presidiu à mesa de encerramento do colóquio o presidente da Direcção da A25A, Vasco Lourenço.

Jantar de convívio

Exposição "Cronologia da Revolução", com o apoio do Centro de Documentação 25 de Abril e do Instituto Português da Juventude.

Espectáculo musical comemorativo do 25 de Abril e de homenagem a Zeca Afonso, com a participação do Grupo de Instrumentos de Sopro de Coimbra e do Grupo de Fados "Cancioneiro de Coimbra", e o apoio do INATEL/Delegação de Coimbra.

Lançamento do livro *Quatro Estações em Abril*, de Gertrudes da Silva

No dia 14 de Junho a Delegação de Coimbra promoveu na Casa Municipal de Cultura de Coimbra, com o apoio do Departamento de Cultura da Câmara Municipal de Coimbra, do autor e da Palimage Editores, Viseu, a apresentação e debate da obra do sócio Diamantino Gertrudes da Silva, "Quatro Estações em Abril".

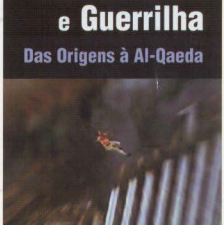
A apresentação da obra foi feita pelo sócio, professor doutor Carlos Sá Furtado, professor catedrático jubilado da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, que de 1993 a 2002 foi o presidente da Assembleia Geral da Delegação.

Seguiu-se um jantar de convívio. ■

Terrorismo e guerrilha

DAS EDIÇÕES SÍLABO, recebemos mais uma oferta da sua última novidade editorial, o livro *Terrorismo e guerrilha – das Origens à Al-Qaeda*, de Manuel da Silva. O autor é coronel do Exército; com diversas missões cumpridas no estrangeiro, em África no âmbito da cooperação técnico-militar e nos Balcãs no quadro de missões de paz da ONU. É o seu primeiro livro publicado.

Como pode ler-se na síntese da obra constante da contra-capa, «A evolução histórica do terrorismo e da guerrilha, o seu enquadramento nos processos subversivos e revolucionários, e as suas principais figuras e doutrinas, são temas centrais da presente obra. Com especial focagem na actualidade, é também abordado o complexo mundo muçulmano e, muito particularmente, o desenvolvimento da(s) Al-Qaeda(s). Numa abordagem de grande profundidade, rigor e imparcialidade, proporciona-se ao leitor (mesmo ao não especialista na matéria), a compreensão da lógica de actuação e os mecanismos de funcionamento seguidos pelos movimentos que adoptaram ou adoptam o terrorismo e a guerrilha como instrumentos de combate privilegiados.»



De facto, o livro não aprofunda teórica e doutrinariamente o que é guerrilha e terrorismo e o que os distingue. É, fundamentalmente, um levantamento do recurso à guerrilha e ao terrorismo ao longo dos tempos e nas mais diversas regiões do mundo. Mas creio que é pouco claro na distinção destas duas formas de recurso à violência, que demasiadas vezes aparecem associadas quando, afinal, o terrorismo, forma de guerra ou forma de mera criminalidade, tanto pode ser associado à guerrilha como à guerra clássica, a forças irregulares como a forças armadas institucionais, a grupos políticos insurgentes como a governos internacionalmente reconhecidos.

É, em síntese, uma obra de consulta útil para os estudiosos destas matérias. ■

PPC